

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Hugo Motta disse que projeto será alterado

Imposto dos mais ricos pode gerar R\$ 140 bi a mais

Ao receber, na terça-feira (18), o projeto que aumenta a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), apesar de toda a demonstração de boa vontade com o projeto, já adiantou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ele muito provavelmente será alterado no Congresso. E o mais provável é que tal alteração

venha a se concentrar especialmente naquilo que o governo propõe como contrapartida para a perda de arrecadação que terá aumentando a isenção: taxar mais fortemente os mais ricos. Embora a grande ala conservadora da Câmara e do Senado torça o nariz para a ideia, é difícil imaginar a defesa de uma realidade onde quem é mais rico paga menos imposto.

Igual

Um estudo do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) aponta que se os mais ricos pagassem a mesma alíquota de imposto de renda da classe média isso, além de reduzir desigualdades, significaria uma entrada de R\$ 140 bilhões por ano.

Perdas

O valor a mais na arrecadação, assim, considera o Sindifisco, é expressivamente maior que os cerca de R\$ 25 bilhões que o Ministério da Fazenda estima que perderá de receita aumentando a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil. Mais receita com mais justiça.

Joédson Alves/Agência Brasil



O Leão costuma ser mais manso com os mais ricos

Proposta do governo é mais modesta que a do sindicato

Para fazer o cálculo, o Sindifisco simulou uma graduação para o piso de tributação das altas rendas, partindo de uma tributação mínima de 11,34%, para rendimento de R\$ 50 mil mensais, e chegando a 20%, a partir do rendimento superiores a R\$ 100 mil mensais. Considerando a tabela de alíquotas atuais, de 0% a 27,5%,

essa medida ampliaria substancialmente a progressividade do Imposto de Renda e seria capaz de promover um aumento de arrecadação até os R\$ 140 bilhões simulados. A sugestão é mais ousada do que a apresentada pelo governo, que prevê 10% para rendas superiores a R\$ 100 mil. No caso, mais R\$ 40 bilhões.

Problema

Mas o Sindifisco vê um problema. Que pode trazer dificuldades para o projeto do governo, pela provável pressão. Estados e municípios também vão perder arrecadação. E vão cobrar a necessidade de uma compensação. A perda refere-se especialmente aos servidores.

Na fonte

Com o aumento da faixa de isenção, haveria uma perda no imposto retido na fonte dos salários de boa parte dos servidores públicos municipais e estaduais. A estimativa é que 80% dos funcionários municipais têm rendimento mensal até R\$ 5 mil.

Fundos

Além disso, o Artigo 159 da Constituição estabelece que metade da arrecadação do Imposto de Renda deve compor os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Muito provavelmente, mudanças no Congresso focarão na compensação.

Positiva

“Isso impõe a necessidade de se criar na própria proposta legislativa um mecanismo de compensação”, considera o presidente do Sindifisco, Dão Real Pereira dos Santos. “A diferença entre o aumento e a redução tem de ser positiva para compensar tais perdas”.

Definidas as comissões da Câmara; veja presidentes

Filipe Barros foi o indicado para Relações Exteriores

Alan Santos/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Nesta quarta-feira (19) foram definidas as presidências das 30 comissões permanentes da Câmara dos Deputados, possibilitando o início dos trabalhos da Casa. Os partidos de cada comissão foram definidos na reunião de líderes nesta terça-feira (18), seguindo a ordem de proporcionalidade dos partidos.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara, passa a ser presidida pelo deputado Paulo Azi (União Brasil-BA). O União Brasil disputava o comando da comissão com o MDB. Mas, após firmar um acordo com o PT, o MDB abriu mão da presidência da CCJ para ficar com a relatoria do Orçamento de 2026 – o que é bem visto pelo governo, já que o MDB é mais alinhado e será ano de eleições presidenciais. No acordo, o PT abriu mão da Comissão de Educação para o União Brasil, em troca do MDB ficar com a relatoria do orçamento. A Comissão de Educação passa a ser presidida pelo deputado Maurício Carvalho (União Brasil-RO).

PL

O PL, a maior bancada da Câmara, assumiu cinco comissões, sem grandes surpresas. O deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS) assumiu a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em seu discurso de posse, ele reforçou que sua gestão será focada na “defesa intransigente do produtor rural, do agronegócio e da propriedade privada”.

A legenda ainda ficou com a Comissão de Segurança Públi-



Filipe Barros presidirá Relações Exteriores

ca e Defesa Nacional, que será presidida pelo deputado Paulo Bilynsky (PL-SP). Ao assumir a comissão, ele reforçou que todos terão voz na comissão, independentemente da linha ideológica. “Aqui eu deixo de lado meu papel de deputado para assumir meu papel de gestor da comissão”, destacou o parlamentar. Além deles, os deputados Zé Vitor (PL-MG) e Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG) são os novos presidentes, respectivamente, das Comissões de Saúde e Turismo.

Sem Eduardo

A surpresa do dia foi a indicação do PL do deputado Filipe Barros (PR) para presidir a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O cargo inicialmente estava reservado para Eduardo Bolsonaro (PL-

-SP). Porém, nesta terça-feira (18), o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro anunciou que se licenciou do cargo para se refugiar nos Estados Unidos por tempo indeterminado.

No vídeo que divulgou nas redes sociais para seu refúgio em território norte-americano, Eduardo disse que o líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS), assumiria a comissão. Todavia, o Partido Liberal optou pela indicação de Filipe Barros.

PT

Já o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a segunda maior bancada da Câmara, ficou com quatro comissões. Considerando a Federação PT-PV-PCdoB, totalizam seis comissões: com o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA)

assumindo a Comissão de Defesa do Consumidor e Bacelar (PV-BA) no comando da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

A Comissão de Cultura passa a ser presidida pela deputada Denise Pêsoa (PT-RS), e o deputado Rogério Correia (PT-MG) é o novo presidente da Comissão de Finanças e Tributação. As comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, também estão terão uma gestão do partido, representados, respectivamente, pelos deputados Reimont (PT-RJ) e Dandara (PT-MG). Ambas as comissões entraram na mira do PL, apesar de historicamente terem um protagonismo de partidos da esquerda.

Deputado do PT assume comissão que analisará IR

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Rogério Corrêa estuda aumentar ainda mais isenção

O deputado federal Rogério Corrêa (PT-MG), eleito nesta quarta (19) presidente da Comissão de Finanças e Tributação, não descarta discutir uma ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda – o governo propõe que seja de R\$ 5 mil –, desde que esse debate esteja alinhado à revisão de renúncias fiscais ou à indicação de fontes de receitas.

Sem apontar como compensar o aumento da faixa de isenção, o debate é demagógico, afirma o parlamentar. “Se houver uma proposta séria que sugira o aumento, [ou então que] compatibilize com recursos”.

A revisão de incentivos tributários para garantir a neutralidade fiscal do projeto do IR (sem aumento ou perda de arrecadação) foi levantada na terça pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e é vista como uma alternativa à taxação da alta renda, também proposta pelo governo, e que seria alvo de resistência no parlamento.

Corrêa diz que a revisão de benefícios fiscais será central para a comissão em 2025. Com exceção da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional, o parlamentar diz que todos os outros benefícios tributários terão de ser discutidos e as vantagens, comprovadas.

Melhorar

Essa revisão pode ter efeito para o projeto do Imposto de

Renda, mas, segundo o petista, vai além dele. “Nossa intenção é melhorar [o projeto de lei do IR] e a gente, quem sabe, pode até tirar um debate de renúncia fiscal e até ampliar essa faixa”.

Apesar de mencionar mais de uma vez que o fim de benefícios tributários poderia abrir espaço para isenção maior no Imposto de Renda, Corrêa citou Lula e disse que mudanças no projetos serão bem-vindas se melhorarem o texto (o presidente disse no lançamento do projeto que “se mudar para melhor, ótimo”).

A elevação da faixa de isenção, segundo ele, precisa ser vis-

ta com o Ministério da Fazenda. Fernando Haddad, titular da pasta, será o primeiro convidado do Executivo a participar de uma reunião da Comissão de Finanças e Tributação. Na quarta, Corrêa já tentava marcar um encontro.

A expectativa de Corrêa, que é também vice-líder do governo, é a de que o projeto do IR tenha um rito convencional de tramitação, começando pela Comissão de Finanças e Tributação. Uma vez aprovado lá, iria para Comissão de Constituição e Justiça.

A decisão, porém, cabe à presidência da Casa, que tam-

bém pode definir que o texto passe por mais alguma comissão. A tendência, avaliam parlamentares, é de que o projeto não passe por muitos colegiados para evitar que a discussão se alongue.

Hugo Motta avisou aos parlamentares que sob seu comando os projetos não seriam mais analisados com urgência, quando as comissões são dispensadas e o texto vai direto para o plenário, dispositivo bastante utilizado no ano passado.

Isso só deve ser confirmado na segunda semana de abril, depois que Motta e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente do Senado, voltarem do Japão, para onde vão em missão oficial com o presidente Lula. Até lá, o governo começa a negociar também quem será o relator do projeto na comissão, que não deverá ser do PT.

Além de Rogério Corrêa, foi eleito nesta quarta também o deputado Florentino Neto (PT-PI) como vice-presidente da comissão. Eles preveem outros convites nas primeiras reuniões da comissão.

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também será chamado a falar de juros e seus efeitos sobre o controle da inflação, e a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Fernanda Brigatti e Victoria Azevedo (Folhapress)